

MEMÓRIA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA

Pousada Aldeia Portuguesa – Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabralia

DATA: 17 e, 18 de agosto de 2017

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Almir Requião	2- Manguezal Meu Quintal
4- Ricardo Montagna	3- Associação Cultural Arte e Ecologia - ASCAE
5- Sueli Abad	4- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
6- Márcio Braga	
7- Beline Passos	5- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
8- Sérgio Andrade	6- Grupo Ambiental Natureza Bela
9- Célio Roberto C. Costa	7- Associação Moradores de Costa Dourada - AMCD
10- Carlos H. Gomes	8- Associação Moradores e Ambientalistas Praia 2 e Lençóis
11- Marcos Costa	
12- Marcelo S. Pereira	9- Fibria
13- Thiago Rizzo	
14- Juliana Viana	
15- Renata Pereira	10- Conservação Internacional - CI
16- Waldir Paixão Graciano	11- Assoc. Moradores Comunidade Oliveira Costa
17- Rosa Penzza	12- Diálogo do Cacau
18- Vilma Cruz Castro	13- Suzano
19- Yulo Matsuda	
20-Uélio Soares	
21- Virgínia Camargos	14- Veracel
22- Gildevanio Santos	
23- Guilherme Baquião	15- 2 Tree Consultoria/ASPEX
24- José Roberto de Jesus	16- Cooperativa de Artesanato Pataxó Coroa Vermelha
25- Ulisses B. Scofield	17- Inst. Chico Mendes de Conserv. e Biodiversidade - ICMBio

17 de agosto**- Apresentação dos trabalhos do GT pelo relator do grupo**

Antes do início da apresentação dos trabalhos pelo relator escolhido no GT, o secretário executivo comunicou o desligamento de Rodrigo Borges do IBio e lamentou a perda do técnico que sempre foi muito atuante no GT e nos trabalhos do FF. E disse esperar vê-lo novamente nas reuniões do FF como cidadão ou como técnico de outra organização do território. Lastimou ainda a saída da organização IBio da região, lembrando que a mesma é uma das fundadoras do FF, e comentou que o IBio passa pelas dificuldades atuais das ONGs e teve que rever sua estratégia. Informou que a organização pretende continuar participando das atividades do FF, tendo colocado à disposição o técnico Thiago Belloti, que é lotado no Espírito Santo, mas não participará do GT. E que seria necessário substituir o IBio no grupo técnico de trabalho – GT. Após esclarecimentos sobre a vaga aberta, o MDPS se candidatou a preencher a vaga e a candidatura foi aprovada pela plenária.

Em seguida, o representante da Fibria abordou rapidamente as discussões que foram levadas a termo pelo GT durante todo o dia 16 e na continuação na manhã do dia 17, quando ocorreria o encontro “Paisagens Florestais Sustentáveis”, que não foi realizado por falta de quórum. Após a explanação do relator do GT, o secretário executivo apresentou a nova logomarca do Fórum Florestal Bahia, que foi aprovada pelos participantes e será enviada para o Diálogo Florestal nacional para ser redesenhada.

Após isso, expôs os motivos que levaram à constituição do grupo trabalho de verificação dos dados publicados pela SOS Mata Atlântica - SOSMA, que revelaram o desmatamento de cerca de 6.800 ha no Extremo Sul Bahia, principalmente nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Belmonte e Porto Seguro. Destacou que o trabalho foi levado a cabo pelo Fórum Florestal, com a participação de representantes do Natureza Bela e da Fibria, além do técnico Alessandro Marques, especialista em geoprocessamento, tendo como objetivo identificar as possíveis causas da perda florestal apontada no Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2015 – 2016. Informou que o trabalho foi dividido em 2 etapas: análise de dados espaciais, com verificação das áreas de perdas florestais contidas no Atlas comparados aos dados do monitoramento da paisagem realizado pelo Fórum Florestal e cruzamento com outros dados de relevância e trabalho de campo, com observação da paisagem, registro fotográfico e coleta de coordenadas geográficas dos ambientes apontados como perda florestal no período 2015 – 2016. Observou que foram vistoriadas 39 áreas em Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Itabela, totalizando cerca de 2.190 hectares, representando aproximadamente 32% total de decréscimo florestal indicado para toda região em estudo. Ao detalhar os resultados das visitas de campo, notou que mais de 90% dos polígonos de desmatamento apontados no Atlas estão na área litorânea de Cabrália e Belmonte, enquanto outros estão em parques nacionais e reservas extrativistas em vistas de serem criadas. E que primeiramente foi feita uma verificação comparativa dos shapes para saber de fato quais áreas eram florestas em 2013, chegando a conclusão de que 5.600,1 ha estavam nessa categoria. Mas que alguns polígonos caíram em áreas que eram mussununga, cabruca, pasto ou áreas degradadas. Ao que o representante do MDPS pontuou que pasto sujo pode ter virado floresta em estágio inicial em 2015/16. Por sua vez, o representante da Fibria que houve prováveis equívocos a nível nacional, pois eucalipto cortado entrou como desmatamento no Atlas. Prosseguindo, o secretário executivo salientou que analisando comparativamente as imagens com um software gratuito detectou-se 3.366,1 ha (60,1%) de queimadas; 417,7 ha (7,5%) de desmatamento; que não houve redução florestal em 1.197,4 ha (21,4%); que em 454,9 ha (8,1%) não foi possível fazer a identificação por causa de nuvens e que 165,1 ha (2,9%) estavam sem imagens. Notou que, por conta da Folha de São Paulo ter induzido que setor de silvicultura era um dos possíveis responsáveis pelo desmatamento na região, foram feitos exercícios para detectar se houve redução de remanescentes florestais em propriedades das empresas ou em áreas de fomentados. E que o resultado foi que 4,1 ha houve desmatamento, numa área da Veracel que foi invadida e está em processo de reintegração de posse. A representante da Veracel aproveitou para esclarecer o ocorrido dizendo que a empresa não tem poder de polícia e que cabe à mesma comunicar o fato ao órgão competente e esperar a reintegração de posse. Por

seu turno, o representante do MDPS recordou que na primeira reunião entre a sociedade civil organizada e os órgãos de comando e controle do Estado revelou-se que o número de áreas queimadas na região é maior do que apontado no relatório da SOS Mata Atlântica e que os assentamentos podem ser um dos responsáveis pela redução dos remanescentes florestais no território.

O secretário executivo pontuou a necessidade do FF se posicionar a respeito dos dados equivocados apontados no Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2015 – 2016, principalmente com relação aos incêndios florestais que foram classificados como desmatamento. E também estabelecer propostas de ação para a conservação do bioma, diante da evidência do processo de fragilização dos mecanismos de vigilância e controle. Lembrou que o Parque Nacional de Monte Pascoal está sendo desmatado há anos para a obtenção de madeira para artesanato e que uma das soluções é a substituição da madeira nativa por eucalipto. A representante do MDPS ressaltou que a denúncia da SOS Mata Atlântica teve como fator positivo o fato das pessoas saírem das cadeiras para averiguar a veracidade das informações. E que a SOSMA deveria se retratar e ser mais coerente na divulgação dos dados. O secretário executivo informou que o relatório elaborado pelo Fórum Florestal apontando as inconsistências, foram enviados para a SOSMA e que é importante uma correção dos erros por parte da instituição e ao mesmo tempo o FF se colocar à disposição para firmar parceria na elaboração dos próximos Atlas.

O representante da Fibria considerou que a verificação feita pelo FF e as inconsistências encontradas devem ser publicadas no site do Diálogo Florestal e que seja sugerida uma retratação ou uma errata no veículo de comunicação da SOSMA. Já o representante do Natureza Bela avaliou que é importante mostrar que o relatório tem erro técnico elevado, mas que isso não tira o fato de que foram perdidos mais de 4 mil ha de mata. Para o representante de Oliveira Costa a maior parte dos incêndios florestais são oriundos de problemas sociais e que não se fala em resolver a questão social, sendo necessária uma ação conjunta para resolver a situação, envolvendo também as certificadoras.

Encaminhamentos:

- Redação do posicionamento do Fórum Florestal Bahia acerca do relatório da SOS Mata Atlântica
- Reunião com SOS Mata Atlântica, em data a ser agendada, provavelmente na semana do evento de integração dos PMMAs, propondo parceria para ações futuras, tendo como base os dados do Monitoramento da Cobertura Vegetal.
- Incluir no posicionamento um parágrafo destacando que com base no estudo em campo e em escritório não há correlação entre o que foi publicado na FSP e a silvicultura.
- Incluir nas propostas de ação que seja solicitada uma errata dos dados divulgados.
- Incluir na proposta de ação da SOS Mata Atlântica e do INPE uma correção dos dados divulgados na Folha de São Paulo e replicado na imprensa brasileira.

Monitoramento da Cobertura Vegetal

Iniciando a discussão sobre o tema, o secretário executivo fez alguns questionamentos sobre como se daria a continuidade do programa, principalmente em relação à participação de outros atores, à divulgação das informações produzidas e ao objetivo que sempre foi contabilizar o incremento florestal no Extremo Sul da Bahia. Informou à plenária que representou o FF no grupo interinstitucional, formado por Ibama, SEMA, Inema, secretarias municipais de meio ambiente, MP e CIPPA, que se reuniu para avaliar os dados divulgados no Atlas da SOSMA. E que durante o encontro mencionou o programa de monitoramento da cobertura vegetal e que surgiram demandas de informação e apoio por parte do Ibama e do MP. Indagou quais seriam as perguntas-chaves que o FF precisa responder sobre o

monitoramento e mudança da vegetação e quais são as que a sociedade pergunta, avaliando que sociedade, órgãos públicos de todas as esferas e universidade tem que contribuir e se envolver, pois caso contrário vai ser feito investimento enorme para dados ficarem guardados. Com a palavra, o representante do IAPA externou sua preocupação com a não continuidade do monitoramento, afirmando que é preciso avançar e não retroceder e que monitoramento não deve depreciar nem perder a qualidade. O secretário executivo argumentou que a proposta não é a depreciação do produto, mas sim aumentar a participação social com demais atores do território se empoderando da ferramenta, que tem custo alto para que apenas poucos usem. Com relação ao grupo interinstitucional, a representante do Diálogo do Cacau avaliou que é uma oportunidade de fortalecer outro espaço de governança regional com atores que não fazem parte do FF. Para o representante do Natureza Bela é preciso ter compreensão do que é ferramenta e do que é instrumento. E de como instrumentos se transformam em ferramentas. Ponderou que a água e outros temas que o FF pretende abarcar são problemas de espaço regional que não dá para tratar isoladamente e que não pode ser feito só pelo FF, tendo que ampliar para mais gente. E que a conversa tem que ser tão ampla quanto o tamanho da participação da silvicultura no território

O representante da Fibria lembrou que o monitoramento da cobertura vegetal sempre teve como objetivo avaliar o implemento de floresta no território e que a falha ocorreu com o que fazer com a informação depois de gerada. E que é preciso solucionar como tornar a informação pública. E exemplificou com a SOSMA que fez trabalho menos robusto, em menos tempo, mas conseguiu tornar a informação pública e que seria importante averiguar como desenharam a estratégia de comunicação. O secretário executivo frisou que o FF precisa responder o que se quer com o monitoramento. Sobre empoderar comunidades, o representante do MDPS ressaltou que é possível fazer um sistema mais simples, que podem ser atualizados pelas ONGs, além da utilização de programas amigáveis para a comunidade, pontuando que o FF foi criado para promover diálogo e resolução de problemas regionais. A representante da CI disse que é preciso ter uma postura propositiva de como território pode se apropriar dos dados do monitoramento, lembrando que Gambá utilizou os dados para a elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica – PMMAs.

O secretário executivo destacou que o representante do Natureza Bela trouxe outro assunto importante que é rediscutir o próprio FF, que está perdendo representação e apresenta uma série de deficiências. E que talvez seja o momento de parar um pouco e ver o que fazer para a frente, pois inclusive o planejamento de 2 anos feito no final de 2016 envolve outros atores regionais. E que o FF tem que se perguntar como vai trabalhar temas tão complexos com a estrutura que tem hoje. Com a aprovação da plenária, deliberou-se que esse momento de reflexão sobre os rumos do FF acontecerá em novembro, na última reunião do ano.

O representante do Manguezal Meu Quintal destacou que o GT parecia estar dividido e sugeriu que os membros se reunissem novamente e trouxessem propostas concretas para a plenária poder se posicionar. Após terem sido ventiladas três sugestões para serem avaliadas, decidiu-se que o GT vai se reunir novamente para elaborar propostas para a contratação do próximo monitoramento.

Encaminhamentos:

- Membros do FF vão se reunir na segunda quinzena de setembro para se debruçar sobre as propostas do monitoramento, elaborando no mínimo duas propostas que serão encaminhadas no grupo de mensagens.

- Apresentação sobre a visita de campo que monitorou a situação do cumprimento do Acordo de Segurança nas Estradas

Subsidiado por fotografias, o secretário executivo fez a apresentação da visita de campo à região de Costa Dourada cujo objetivo foi monitorar o cumprimento do Acordo de Segurança nas Estradas. Informou que entre as propostas estão a recuperação da sinalização, uma vez que em muitos entroncamentos não existem mais as placas, e também promover uma intervenção paisagística no local para que se torne uma referência para quem mora na região ou para quem vai frequentá-la. Ressaltou que seria uma marcação arbórea permanente, um arboreto, já que um dos problemas é quando o eucalipto é cortado, dificultando a orientação, principalmente de quem não conhece a localidade. O representante da Fibria informou que terão que ser reinstaladas cerca de 40 placas, das 97 instaladas, mas que antes de revitalizar as placas é preciso ter apoio da comunidade, não podendo ser só ação do FF e das empresas. Falou ainda do retorno da poluição visual na Estrada do Picadão, que foi uma das questões mais apontadas nas discussões iniciais sobre o acordo. E que é preciso envolver também o poder público municipal na discussão sobre o reordenamento da Estrada do Picadão, já que ele detém o poder de fiscalizar. Sugeriu que os representantes da comunidade que participam do FF façam a mobilização e marquem uma reunião com a comunidade, com a presença dos comerciantes que trabalham com turismo, secretaria executiva e representantes das empresas. E que só após essa reunião se defina o número de placas e os arboretos. E em seguida envolver a Prefeitura de Mucuri para ajudar na fiscalização e depois viria o cronograma de confecção e implantação das placas. O representante de Oliveira Costa achou oportuno o resgate dos arboretos que faziam parte da proposta inicial de sinalização da Estrada do Picadão. Por sua vez, o representante de Costa Dourada ressaltou que os comerciantes da localidade estão se organizando para criar uma associação e que no primeiro encontro realizado foi citada a poluição visual da estrada e que parceria com poder público, empresas e Sebrae, além do FF, pode mudar a cara de Costa Dourada no turismo. E mencionou ainda que não foi feito o recuo do plantio na última estrada, como tinha sido acordado na visita anterior à localidade. Quanto à reclamação, foi sugerido que tanto ele quanto a comunidade comecem a utilizar o formulário Denúncia de Irregularidade - Operações florestais, elaborado no âmbito do FF. E que o formulário seja encaminhado para o Apoio Administrativo do FF, que irá numerá-lo e enviar à empresa em questão, que terá que se manifestar a respeito na próxima reunião do FF.

Encaminhamentos:

- Recuperar/refazer a sinalização
 - Fazer intervenção paisagística nos pontos nevrálgicos
 - Colocar setas indicativas
 - Observar distanciamento das placas em relação à borda da estrada
 - Realizar reunião prévia com comunidade, contando com apoio do grupo de apoio local, para ouvir os anseios da mesma em relação à questão, levando as propostas de revitalização da sinalização; intervenção paisagística/arbórea permanente e excesso de poluição visual.
 - Depois, reunião com poder público - secretarias de obras e meio ambiente - para levar as reivindicações.
 - Implementar o que for decidido e estabelecer cronograma.
- Envolvimento e conscientização das empresas terceirizadas que prestam serviço principalmente na manutenção. Internalizar o procedimento.

Dia 18

- Apresentação de especialistas: Atualização sobre o tema Árvores Transgênicas

- Fibria

A representante da Fibria informou que a empresa realiza pesquisas com Eucalipto Geneticamente Modificado (EucaliptoGM) desde a década de 1990, em ambiente controlado,

incluindo laboratórios e estufas e desde 2011 iniciou os experimentos de campo com EucaliptoGM. E que entre as linhas trabalhadas estão a produção de árvores com mais celulose e lignina mais fácil de extrair com menos químicos e aumento de resistência a herbicidas (em fase de testes), visando reduzir as perdas de produtividade e o impacto das aplicações de diferentes tipos de herbicidas. E que a tecnologia é usada para a empresa, que é responsável por toda cadeia, sendo realizados estudos específicos para avaliar os impactos dentro do processo. Questionada pelo representante de Oliveira Costa de que a atividade vai gerar impactos da mesma forma, a representante da Fibria mencionou que existe um grupo multidisciplinar que avalia como essa tecnologia vai impactar a vida das pessoas, como vai afetar o meio ambiente. E que essas considerações são incorporadas na condução dos experimentos. Indagada sobre o consumo de água do EucaliptoGM, argumentou que a água é cada vez mais ponto crítico não só para produtor de madeira e que somente nos testes de viveiro e testes de campo é que dá para avaliar se está consumindo mais ou não. E que está se delineando para iniciar pesquisa sobre o consumo de água no próximo ano. Em relação à aplicação zero de defensivos agrícolas, afirmou que atualmente é difícil e que as pesquisas estão indo na tendência de reduzir cada vez mais as aplicações de 5 para 3 ou 2. E que ao reduzir quantidade, se reduz resíduos no solo. E que o ideal é o bom uso, o bom manejo, mas que ninguém vai gastar mais do que precisa porque implica em mais custos. Ao mesmo tempo em que não é possível não aplicar, pois senão não vai ter madeira, já que as ervas daninhas são mais eficientes. O representante do Natureza Bela destacou o exemplo do herbicida nas abelhas, no RS, e que é preciso acautelar com transgenia porque conhecimento é muito limitado. Ao que a representante da Fibria retrucou que abelha é preocupação do grupo interdisciplinar, pois sem abelha não tem polinização e não tem agricultura. Questionado sobre os controles realizados pela empresa na condução dos experimentos sobre transgenia, o representante da Suzano afirmou que todos os controles criticáveis ou louváveis continuam o mesmo e que foram perdidos 20 anos de pesquisa no episódio ocorrido em Itapetininga e que o posicionamento oficial da empresa é não se manifestar publicamente sobre o assunto. E que a empresa está revendo a política de receber visitas e que não sabe se é a posição é pontual ou definitiva. O representante do Natureza Bela observou que foi enviado previamente para a empresa as perguntas que gostaria que fossem respondidas na plenária. E que ao invés disso a empresa veio com o posicionamento de não falar sobre o assunto. E fez a leitura dos questionamentos que o Natureza Bela enviou para a Suzano. Ao que o representante da Suzano respondeu que qualquer instituição pode levar os questionamentos formalmente até a empresa, mas oficialmente não poderia responder as perguntas formuladas. A representante do MDPS observou que o FF é um ambiente específico e não uma plateia e que era importante a empresa se pronunciar sobre o assunto. O representante da ASCAE que era primeira vez em 12 anos que uma empresa se negava a responder uma pergunta. E que é uma atitude ruim, pois parece que a empresa está escondendo alguma coisa. Que a mesma pode ter perdido material genético, mas que as pesquisas estão bem guardadas. O representante do Natureza Bela afirmou que a atitude demonstrava como a empresa tem se posicionado em frente ao coletivo. O secretário executivo ponderou que o objetivo era uma atualização do tema, que foi colocado de forma transparente em um evento com mais de 300 pessoas, inclusive com presença de MST. E o que se está pedindo é que se mantenha esse nível de diálogo e informação para pessoas continuarem a acreditar que há boa fé no diálogo e no processo de pesquisa.

- Apresentação sobre a situação em Caravelas em relação a dragagem do canal do Tomba

O secretário executivo fez um breve relato sobre o tema, que foi publicado na imprensa regional e envolve a Fibria e a comunidade de pescadores de Caravelas. Em seguida, o representante da Fibria apresentou como é feita a dragagem no Canal do Tomba, realizada de

1º de novembro a 03 de março, com licença operacional do Ibama, que tem por objetivo transporta por barcaças eucalipto para a fábrica de celulose em Aracruz/ES. Comentou que cada barcaça tira das estradas 100 carretas tri-trem. E que como condicionantes da operação de dragagem, a empresa realiza monitoramento físico, químico e biológico da água e apoio à comunidade pesqueira. Esmiuçou os monitoramentos realizados por consultoria independente e afirmou que não foi identificada nenhuma relação entre a lama de Nova Viçosa e a operação de dragagem. Destacou que existe uma câmara de dragagem na estrutura da Reserva Extrativista de Cassurubá, que discute o que está acontecendo na dragagem. Sobre o questionamento do representante de Oliveira Costa de que a lama nas praias apareceu depois da abertura do canal. O representante do Ibama destacou que é nativo de Caravelas e que Coroa Alta e povoado sempre foram depósito de detrito de lama. Em seguida, o representante da Fibria detalhou as ações de apoio à comunidade pesqueira realizadas no âmbito da Resex Cassurubá. Entre elas, a constituição, construção e apoio a gestão da Compescar; apoio na constituição da cooperativa; construção da fábrica de gelo e da sede social da Ampac. Fez, em seguida, um histórico do impasse envolvendo um grupo de pescadores que fecharam o canal do Tomba, em junho, impedindo a passagem das barcaças da empresa. Afirmou que o impasse se deveu a um desentendimento entre alguns pescadores que queriam ser cooperativados e a diretoria da Compescar, que não concordavam com a cota de adesão de R\$ 3.000,00. E que num acordo com a diretoria a cota foi reduzida para R\$ 300,00. Mas que para associar o pescador tem que fazer um curso de cooperativismo, mas o grupo não aceitou o curso por não confiar no monitor do mesmo. E que em junho o grupo resolveu protestar fechando o canal do Tomba, com 7 barcos, e proibindo a passagem das barcaças. E que a empresa foi para a Justiça e conseguiu liminar para a área ser liberada. E que no final de julho o grupo aceitou fazer o curso de cooperativismo para se associar a Compescar. Pontuou ainda que além da associação à Compescar o grupo disse estar sendo prejudicado pela dragagem e não estar sendo beneficiados pelos programas de apoio da Fibria, mas que a empresa não podia ajudá-los por não fazerem parte de nenhuma associação. Quanto aos prejuízos com a dragagem, afirmou que até o momento não foram comprovados pelos monitoramentos.

- Apresentação sobre projetos “Observação de aves” e “Parques para prosperar” – CI

A representante da CI apresentou de forma sucinta os projetos “Observação de Aves” e “Parques para Prosperar”. Sobre o primeiro ressaltou que é uma parceria entre a CI, RPPN Estação Veracel, RPPN Rio do Brasil, Parque Nacional do Pau Brasil e Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades com objetivo de consolidar as quatro unidades de conservação. E ainda mostrar a viabilidade e relevância do segmento de observação de aves no Brasil; engajar e oferecer oportunidades de treinamento e atividades educativas para as comunidades do entorno dessas unidades de conservação, realçando o potencial do segmento de observação de aves para a geração de trabalho e renda e para a educação ambiental de moradores e visitantes; além de elaborar uma estratégia para a promoção do segmento de observação de aves na região, influenciando outras unidades de conservação, o trade turístico regional, gestores públicos e potenciais investidores. Mencionou que foi feito um levantamento grande na região e que foram encontradas 302 espécies na RPPN Veracel. Observou que vai atrair grupos que vão querer ver todas espécies e outros que vão querer ver apenas uma espécie e ficar 10 dias esperando até avistá-la. O representante do Manguezal Meu Quintal considerou a iniciativa positiva e lembrou que o comércio de aves é muito grande no Brasil. A representante do Diálogo do Cacau falou do trabalho na Reserva de Una e da reunião de 4 unidades de conservação com WWF no projeto Bora Andar. E que gostaria de estreitar laços de relação com CI. O representante do IAPA salientou que sua organização está transformando áreas

abandonadas em bosques. Até o momento, a ação está sendo realizado em 2 locais em Caravelas e um em Alcobaça. A intenção é que daqui a 10 anos os pássaros tenham fruta para consumir e as crianças vejam uma goiaba e outras frutas no pé.

- Oficina de avaliação do FF

Finalizando a reunião, o secretário executivo consultou a plenária sobre a utilização da reunião de novembro para a realização da avaliação do FF (visão de futuro, funcionamento, engajamento com a sociedade etc). Ponderou que, a exemplo da dinâmica realizada nos 5 anos de existência, pode trazer novos ares, novas forças para dar continuidade, um momento de reflexão. E que primeiro é preciso saber o que se quer para depois definir o profissional. A representante da CI aconselhou contratar uma pessoa com experiência de moderação em processo participativo. O representante da Fibria avaliou que o mundo mudou e desafios também e que é importante que o FF se repositone frente a esses novos desafios. O representante do Natureza Bela afirmou que é preciso uma pessoa com experiência grande em planejamento para perceber as inquietudes e saber o que o grupo precisa. Sugeriu que o GT se reúna para definir a oficina de avaliação. O representante de Oliveira Costa pontuou que é preciso que as empresas mudem a forma de dialogar com comunidades, pois processo não está satisfatório para ambas as partes. O representante da Suzano argumentou que a postura da empresa é de construção e que busca relação de ganha-ganha, mas que nem sempre isso é possível.

Encaminhamentos:

- Será realizada oficina, em novembro, para debater o funcionamento e estrutura do FF, por meio de contratação de consultoria especializada.